

Parecer nº 124/99

Data: 1999.07.28

Processo nº 624

REQUERENTE: Director do Centro de Formação de Professores de Terras entre Paiva.e Caima

1. O Director do Centro de Formação de Professores de Terras entre Paiva e Caima solicita parecer a esta Comissão sobre quais os dados pessoais que integram o *curriculum vitae* dos candidatos admitidos ao concurso para director daquele centro por terem surgido dúvidas face ao nº 2 do artigo 62º do Código do Procedimento Administrativo (CPA).
2. A esta Comissão não cabe pronunciar-se sobre o direito à informação dos particulares em relação ao andamento dos procedimentos em que sejam interessados (artigos 2º, nº 2 e 20º da Lei nº65/93, de 26 de Agosto – LADA), previsto nos artigos 61º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo. Compete-lhe sim pronunciar-se sobre o regime de acesso aos documentos administrativos regulado no artigo 65º do CPA e na LADA.

Todavia, como no pedido de parecer não se indica quem pretende ter acesso aos documentos identificados nem se o procedimento já foi concluído, poder-se-á estar perante o âmbito de aplicação da LADA. Por isso esclarece-se o seguinte:

3. Nos termos da LADA o acesso a documentos relativos a procedimentos administrativos pode ter lugar após a tomada da decisão, após o arquivamento ou decorrido um ano sobre a sua elaboração (artigo 7º, nº 5).

Toda e qualquer pessoa pode exercer o direito de acesso pelas formas previstas na lei (artigo 12º) sem necessidade de invocar algum interesse (artigo 7º, nº1),

salvo se o documento tiver natureza nominativa. A natureza nominativa resulta de o documento integrar «dados pessoais»: «informações sobre pessoa singular que contenham apreciações, juízos de valor ou que sejam abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada» (artigo 4º, nº 1).

Em princípio os *curricula* destinados aos concursos referidos não contêm dados pessoais com o sentido indicado. Nesse caso toda e qualquer pessoa pode exercer o direito de acesso a tais documentos sem alegar nenhum interesse pessoal.

Porém, se os *curricula* porventura contiverem dados pessoais, por exigência da lei ou por colocação voluntária do interessado, a Administração deverá tomar precauções quanto ao acesso por terceiros. Suponha-se que, inadvertidamente ou com certa motivação, são indicadas, por exemplo, as doenças sofridas por alguém. Aí, tratando-se de pessoas a quem os dados não respeitam a lei exige para o acesso a demonstração de interesse directo e pessoal (artigo 7º, nº 2). Terá de ponderar-se então, no caso, se o interesse pessoal e directo justifica o acesso a cada tipo de dados pessoais.

Observe-se que podem ainda ser comunicados a terceiros os documentos com dados pessoais quando for possível à Administração expurgá-los sem ter de reconstruir os documentos e sem perigo de fácil identificação (artigo 8º, nº 5).

Relativamente àquelas pessoas que fizeram parte do procedimento, por exemplo porque foram concorrentes no mesmo concurso, ser-lhes-á reconhecido o interesse directo e pessoal para exercer o acesso também noutras alturas.

4. Assim, e restringindo o pedido ao âmbito de aplicação da LADA, esta Comissão é de parecer que o Centro de Formação de Professores de Terras entre Paiva e Caima deve facultar o acesso a qualquer pessoa de todos os documentos sem «dados pessoais» (i. e., com apreciações, juízos de valor ou informações sobre a intimidade da vida privada de pessoa singular). O acesso aos dados pessoais de

terceiro só pode ser facultado a quem demonstre possuir interesse directo e pessoal, o qual ocorre se o interessado no acesso tiver sido (ou for) concorrente no mesmo concurso.

Lisboa, 28 de Julho de 1999.

José Renato Gonçalves (Relator) – *José Magalhães* – *Silva Marques* – *Narana Coissoró* – *João Figueiredo* – *Vasco Almeida* – *Gameiro dos Santos* – *Castro Martins* (Presidente)